

# ACESSO À TERRA

## Mulheres rurais clamam por protecção dos seus direitos



Agricultura é fonte de sustento para a maior parte das mulheres rurais

**M**ULHERES rurais pedem o reconhecimento das normas costumeiras de posse e transmissão da terra, para pôr termo à expropriação das suas áreas de cultivo, um cenário que alegam estar a agravar a pobreza.

O clamor de camponesas que sobrevivem da prática da agricultura foi manifestado ontem, na capital, num encontro de reflexão em torno da revisão da Política Nacional de Terras, cujo processo de auscultação pública foi lançado em julho último.

A metodologia para a auscultação pública poderá ser validada na próxima semana, razão pela qual as organizações da sociedade civil consideram

que o momento é oportuno para canalizar as preocupações deste grupo social junto aos órgãos que lideram o processo de revisão da lei.

De forma unânime, os participantes defendem o esclarecimento das implicações de aspectos tais como a valorização da terra, pagamento de taxas, terras livres e a transmissibilidade do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT).

O avanço da urbanização tem propiciado a ocupação progressiva de áreas outrora vocacionadas para a prática da agricultura e pastorícia. Arminda Chilaúle, agricultora no distrito de Matutuine, na província de Maputo, apontou que o parcelamento arbitrário de terras tem o envolvimento

de alguns técnicos dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-Estruturas (SDPI).

“Tínhamos extensas áreas para o cultivo, mas quando começou o parcelamento perdemos muitos hectares de machambas para só ficar com três parcelas. O que será dos os nossos filhos e netos?”, questionou.

Para Ana Chambal, agricultora do distrito de Chókwè, na província de Gaza, o medo de perder a terra é maior porquanto muitas mulheres rurais praticam a agricultura de subsistência e não conseguem pagar de taxas para o uso da terra.

“E agora, com o projecto SUSTENTA, o Estado cobra uma taxa de 5 mil meticais para

atribuir uma caderneta para a monitorar a produção, mas nem todos agricultores conseguem disponibilizar este valor”, disse.

Perante estas colocações, os representantes das organizações da sociedade civil consideram que a Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras deveria incluir mais mulheres para que as suas demandas sejam ouvidas.

No mesmo contexto, chamaram ao Estado à responsabilidade de tornar mais célere o processo de atribuição DUATs. O encontro foi organizado pelo Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR) com o apoio do Fórum Mulher, Livangingo, Muleide, WLSA, OMR e Hikone.